Quarta-Feira, 18 de Novembro de 2026

Bolsonaro apresenta defesa, nega golpe e insiste que julgamento ocorra no plenário

Defesa chama a denúncia da PGR de 'inepta', 'precária' e 'incoerente'

O ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL) apresentou **defesa** diante da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) por **tentativa de golpe de Estado**. No documento enviado ao Supremo, os advogados de Bolsonaro alegam que o julgamento da denúncia da PGR não pode ser realizado pela Primeira Turma do STF, e insistem que o caso seja analisado pelo plenário da Corte.

Bolsonaro e outras 33 pessoas são investigadas pela trama golpista. Como o processo tramita no STF, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, foi quem recebeu a denúncia da PGR. Os denunciados tiveram o prazo de 15 dias para enviar resposta escrita à acusação formal para o ministro. O **prazo de Bolsonaro** terminou nesta quinta-feira (6).

Após receber as respostas, Moraes poderá liberar o caso para julgamento pelo plenário ou pela Primeira Turma do STF. Os ministros decidirão se aceitam a denúncia, abrindo uma ação penal que tornaria Bolsonaro réu no processo. Caso a ação seja instaurada, ainda caberá recurso da decisão.

A defesa do ex-presidente rebateu a denúncia da PGR chamando-a de **"inepta", "precária" e "incoerente".** Bolsonaro tem argumentado que o processo não deveria ser conduzido por Moraes e expressou seu desejo de ser julgado pelo plenário do STF. O ex-presidente tem apostado ainda na tese de que o caso deveria ser remetido à primeira instância, alegando que, após deixar a Presidência, não possui mais foro privilegiado.

Denúncia da PGR

Na denúncia, Bolsonaro foi formalmente acusado pelos seguintes crimes:

- liderar organização criminosa armada;
- tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito;
- golpe de Estado;
- dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima;
- deterioração de patrimônio tombado.

Conforme a legislação, se somados, os crimes podem levar a uma pena de quase 40 anos de prisão, caso Bolsonaro seja condenado.

Além de Bolsonaro, também foram indiciados os generais Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, o GSI; e Braga Netto, que está preso preventivamente desde 14 de dezembro de 2024.

A denúncia detalha ainda que o plano arquitetava o assassinato de Moraes e o envenenamento de Lula, além da tentativa de "neutralizar" o Supremo.

Escrito por

Diário do Nordeste/Estadão Conteúdo